REVISTA DELOS DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

Desafios da expansão da comercialização da agricultura urbana e periurbana do município de Macapá - Amapá

Challenges of the expansion of the commercialization of urban and periurban agriculture in the municipality of Macapá - Amapá

DOI: 10.55905/rdelosv16.n42-011

Recebimento dos originais: 17/01/2023
Aceitação para publicação: 15/02/2023

Charles Achcar Chelala
Mestrado em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade Federal do Amapá
Endereço: Macapá – AP, Brasil
E-mail: charleschelala@gmail.com

Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala
Doutora em Desenvolvimento Social e Ambiental
Instituição: Universidade Federal do Amapá
Endereço: Macapá – AP, Brasil
Endereço: cfchelala@gmail.com

RESUMO
Na medida em que o processo de urbanização se intensifica mundialmente, concomitante ao aumento da pobreza nas periferias das grandes cidades, a agricultura urbana e periurbana (AUP) assume importância estratégica no conjunto de iniciativas públicas e privadas com vistas a garantir produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, geração de postos de trabalho, assim como também de estímulo à criação de espaços urbanos sustentáveis. Esta tendência se fortaleceu com a aprovação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, observa-se a existência de alguns desafios para a viabilização dessas iniciativas, inerentes à natureza dos empreendimentos. Este artigo tem o objetivo de analisar a agricultura urbana e periurbana do município de Macapá - AP, uma capital com mais de 500 mil habitantes, de um Estado periférico da região amazônica, a partir dos canais de comercialização existentes, de modo a identificar a relação entre a produção urbana de alimentos e o abastecimento da cidade. Apontar possíveis dificuldades, limitações e a capacidade de expansão desta importante atividade econômica. A pesquisa conclui que apesar de uma diversidade de canais passíveis de serem acessados pela AUP, os canais curtos de comercialização como as vendas diretas e as feiras-livres continuam sendo as instâncias de escoamento da produção.

Palavras-chave: agricultura familiar, canais de comercialização, mercados agrícolas, sustentabilidade urbana.

ABSTRACT
As the urbanization process intensifies worldwide, concomitantly with the increase in poverty on the outskirts of large cities, urban and peri-urban agriculture (UPA) assumes strategic importance

in the set of public and private initiatives aimed at guaranteeing food production, food and nutrition, job creation, as well as encouraging the creation of sustainable urban spaces. This trend was strengthened with the approval of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals. On the other hand, it is observed the existence of some challenges for the viability of these initiatives, inherent to the nature of the undertakings. This article aims to analyze urban and periurban agriculture in the municipality of Macapá - AP, a capital with more than 500 thousand inhabitants, in a peripheral state of the Amazon region, from the existing commercialization channels, in order to identify the relationship between urban food production and city supply. Point out possible difficulties, limitations and the expansion capacity of this important economic activity. The research concludes that despite a diversity of channels that can be accessed by the AUP, the short marketing channels such as direct sales and open-air markets continue to be the outlets for production.

Keywords: family farming, marketing channels, agricultural markets, urban sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A partir de meados do século passado, o processo de urbanização mundial se intensificou. A migração do campo para a cidade provocou a acomodação dos contingentes de migrantes mais pobres nas periferias dos grandes centros urbanos, ampliando o conjunto de problemas urbanos causados pelo aumento da pobreza, da fome e do desemprego. Foi no contexto da necessidade de fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional que, a partir dos anos 1980, o cultivo de alimentos em espaços urbanos passou a ganhar importância.

Adicionalmente aos problemas sociais, as preocupações ambientais e a busca por transformar as cidades em espaços sustentáveis contribuíram para realçar a importância de fortalecer a agricultura urbana e periurbana (AUP), em importantes metrópoles como Berlin, Tóquio, Hong Kong e Nova York, assim como também em localidades que objetivam melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Uma atividade que anteriormente possuía uma reduzida importância na estruturação das políticas públicas urbanas transformou-se em estratégia de encaminhamento de significativas questões existentes na administração das cidades, como o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda e postos de trabalho e a promoção da sustentabilidade ambiental.

As organizações multilaterais desempenham destacado papel no sentido de enfatizar a importância de fortalecimento da AUP. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) passou a adotar políticas com vistas a estimular e impulsionar as atividades agrícolas que se desenvolvem dentro dos núcleos urbanos e no seu entorno.

Resgata-se o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), quando do acordo assinado no ano de 2015, denominado “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são 17 metas a serem atingidas objetivando a busca por um novo padrão de desenvolvimento (Agenda 2030, 2015). Os ODS assimilaram a importância da produção e do consumo sustentável, como também o compromisso em transformar as cidades em espaços que ofereçam melhores condições de vida aos seus habitantes. Assim, fomentar a agricultura urbana é atender ao ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, bem como ao ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, e ainda, ao ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis.

O Brasil possui positivas experiencias de hortas urbanas e periurbanas desenvolvidas com o apoio do poder público ou de entidades sociais, como é o caso dos municípios de Curitiba (PR), Teresina (PI) e Sete Lagoas (MG) (LOVO & NUNES, 2011). Assim também em grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Distrito Federal, Belém, dentre outras.

O Amapá é um dos menores Estados da Amazônia, possui um setor agrícola incipiente. Chegará à marca de um milhão de habitantes dentro de pouco tempo, ostentando baixos indicadores econômicos e sociais e grande dependência dos programas de transferência de renda. Os dados da PNAD-COVID, revelaram que o Estado foi o que apresentou o maior índice de domicílios beneficiados com o Auxílio Emergencial no ano de 2020, o que significou 67,3% dos domicílios amapaenses contemplados com esses recursos durante a pandemia.

Atividades produtivas como a agricultura urbana acabam por se configurar em uma estratégia para a segurança alimentar, e até mesmo uma alternativa de trabalho e de subsistência para uma fatia da população que se encontra fora do mercado de trabalho.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a agricultura urbana e periurbana do município de Macapá, a partir dos canais de comercialização, de modo a identificar as dificuldades, os desafios e as possibilidades de expansão desta atividade econômica. Entende-se que a análise do mercado dos produtos da agricultura familiar representa um elemento-chave para a compreensão da gestão de um segmento econômico que a cada dia ocupa mais importância na agenda das políticas públicas mundiais.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

A agricultura é considerada a atividade produtiva responsável por fixar o homem à terra, podendo ser tida como atividade precursora do surgimento das cidades. Antes mesmo da constituição das cidades, observou-se que ao redor das aldeias primitivas da Mesopotâmia e do Vale do Nilo, estendiam-se canteiros e plantações (MUMFORD, 1998).

De uma forma geral denomina-se agricultura urbana e periurbana àquelas atividades que se desenvolvem na área urbana, ou entorno de uma cidade. Englobam os processos de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas que compreende as frutas, hortaliças, produtos medicinais, produtos de origem animal como os pequenos animais, leite e ovos, adubos e plantas ornamentais. Podem ser praticadas em variados espaços existentes nas cidades, e em seu entorno, como áreas ociosas, jardins, quintais, canteiros suspensos, áreas públicas, nos condomínios e no interior e nas coberturas dos edifícios, dentre outros locais.

Qualquer área disponível pode ser aproveitada, desde um vaso dentro de um apartamento até extensas áreas de terra, sob luz natural ou artificial (ROESE, 2003). Considera-se que a agricultura urbana é uma atividade que contempla vários sistemas agrícolas, podendo ser praticada para subsistência e para fins comerciais.

Em que pese a abrangência do conceito de AUP, neste trabalho focaliza-se àquelas atividades voltadas para a produção de alimentos desenvolvida geralmente por agricultores familiares, de acordo com os requisitos definidos pela Lei 11.326/2006[1].

Embora não exista legislação brasileira específica para a agricultura urbana e periurbana, é possível encontrar sinalização de estímulo à essas iniciativas no Decreto n^{0} 7.272/2010, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando que um dos objetivos é promover o abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Ainda em âmbito federal verifica-se a tramitação de um projeto de lei, no Congresso Nacional, que objetiva autorizar o uso de áreas de domínio da União para cultivo de horta

[1] Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

comunitária orgânica por famílias de baixa renda organizadas em associações, cooperativas ou sindicatos (PL. 303/2019).

Além disso, destaca-se a existência de legislações estaduais com intuito assegurar o desenvolvimento da AUP, como é o caso dos Estados de Minas Gerais (Lei n^0 15.973/2006), Goiás (Lei n^0 16.476/2009) e o Distrito Federal (Leis n^0 4772/2012 e n^0 6.671/20), além de algumas legislações municipais no mesmo sentido. Entretanto, a ausência de uma política nacional em muito fragiliza o encaminhamento de ações via poder público.

O Estado do Amapá e a sua capital, Macapá, não possuem em seus ordenamentos jurídicos instrumentos para promoção e desenvolvimento da AUP.

A agricultura urbana e periurbana desenvolvida no município de Macapá é predominantemente familiar e voltada para o mercado local. Por esta razão serão focalizados, neste estudo, os espaços de comercialização como as feiras-livres, os mercantis e os supermercados, bem como os mercados institucionais voltados à agricultura familiar, com o objetivo de apontar possíveis dificuldades, limitações e a capacidade de expansão da atividade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de minucioso levantamento documental como relatórios de gestão, relação de produtores, receitas de comercialização, listas de produtos e outros documentos elaborados pelos órgãos estaduais, bem como sítios do governo federal, do governo estadual e municipal. Páginas da internet das empresas distribuidoras, supermercados e dos produtores rurais. Levantamento bibliográfico em banco de teses, dissertações, artigos e livros.

A pesquisa de campo foi efetuada por meio de entrevistas com interlocutores chave como servidores da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, gerentes e proprietários de supermercados, mercantis e açougues, agricultores urbanos e feirantes.

Definiu-se como área de estudo o Polo Hortifrutigrangeiro e o Mini Polo Hortifrutigranjeiro da Fazendinha, apresentados na Figura 1, a seguir.

De acordo com os registros constantes na SDR, existem 105 produtores agrícolas no Polo Hortifrutigranjeiro e 49 produtores no Mini Polo Hortifrutigranjeiro da Fazendinha. Foram entrevistados 15 produtores no Polo e 6 produtores no Mini Polo. A pesquisa com os produtores

agrícolas teve o caráter de ser qualitativa, não tendo o objetivo de apresentar dados estatísticos relativos à essas respostas. Entretanto, alguns dados são apresentados no trabalho, como forma de melhor ilustrar os canais de comercialização, quais sejam: a renda gerada pelas feiras de produtores agrícolas, os valores comercializados nas feiras de produtores por comunidade e os dispêndios dos mercados institucionais.

Para cada grupo de entrevistados foi elaborado questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas, de modo a se obter informações sobre volume de vendas, tempo de trabalho e outros dados quantitativos, mas também para se conseguir captar as impressões pessoais a respeito da atividade e a projeção de cenários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Amapá é a única unidade da federação que não possui ligação rodoviária com o restante do país. A entrada e saída de mercadorias se dá por meio dos modais aéreo, fluvial e marítimo.

O Estado ocupa a antepenúltima colocação no ranking relativo à composição do Produto Interno Bruto do país, o que representa apenas 0,2% (IBGE, 2020). Possui um setor produtivo pequeno. Os serviços respondem por 83% do PIB estadual, com destaque para a administração pública, que corresponde a 44% do total dos serviços. No ano de 2020, o IBGE estimou a população do Estado em 861.773 habitantes.

Macapá, a capital, possui uma área de 6.563,840 km^2 e uma população de 512.902 habitantes (IBGE, 2021), ou seja, 59,5% da população do Estado.

Antes da criação do Território Federal do Amapá, em 1943, o que caracterizava o setor primário da economia amapaense era o extrativismo, tanto de produtos florestais, quanto a pesca. As roças existentes produziam predominantemente mandioca. Gonsalves (2010) esclarece que governador Janary Nunes encontrou uma grande área sem sinal de exploração e teve a ideia de transformá-la em um campo experimental. A intenção, de acordo com o autor, era criar um projeto agropecuário visando a criação de animais de grande, médio e pequeno porte, a produção de leite, ovos, legumes e frutas para abastecer a cidade que nada tinha (GONSALVES, 2010).

A área, que foi posteriormente comprada pelo governo do Território Federal do Amapá, se chamava Nossa Senhora da Conceição de Fazendinha, ficando ali definido o Posto Agropecuário de Macapá, popularmente conhecida como Fazendinha, distante 15 km do núcleo urbano da capital, tornando-se o local onde se iria fomentar a produção agropecuária.

O governo trouxe zebus da raça nelore, intensificou a compra, venda e empréstimo de animais e criou uma Feira Agropecuária. Importa destacar que o mercado de carne bovina de Macapá, anteriormente, estava vinculado à cidade de Belém, no Pará.

Inicialmente o governo mandou instalar uma usina de beneficiamento de arroz, mas a ideia era constituir um cinturão verde no entorno da pequena capital, de modo a promover o seu abastecimento. Os colonos do polo de Fazendinha eram, em sua maioria, paraenses e nordestinos. Contudo, destaca-se a importância que tiveram os imigrantes japoneses que vieram para o Amapá na década de 1950, para a ampliação do cultivo de hortaliças, no Posto de Fazendinha. Os colonos japoneses foram designados para a Colônia do Matapi, Mazagão Novo e Fazendinha (MUTO, 2010).

Muto (2010) esclarece que a colonização japonesa no Amapá, não obteve o êxito registrado em outras colônias agrícolas da Amazônia, como o Pará e o Amazonas. No caso amapaense, muitos são os fatores apontados para o insucesso da imigração japonesa, destaca-se aqui a reduzida demanda por esses tipos de alimentos, uma vez que a população era pequena, e o fato de que o consumo de hortaliças não fazia parte da dieta alimentar dos amazônidas. Apesar disso, é inegável a contribuição dos japoneses na transmissão de experiencias sobre o cultivo de hortaliças, modificando o perfil agrícola do Posto de Fazendinha. Deixaram um legado de conhecimento no campo da agricultura, como ocorreu em várias colônias por onde os japoneses passaram (MUTO, 2010). Importante ressaltar que a produção de arroz, financiada pelo governo, não prosperou.

Além da produção no Posto da Fazendinha, havia também produção de hortaliças, pelos japoneses, no núcleo urbano da capital. No bairro Igarapé das Mulheres[2], no local denominado Baixada do Japonês, havia uma grande horta urbana que produzia legumes e verduras para o consumo da população.

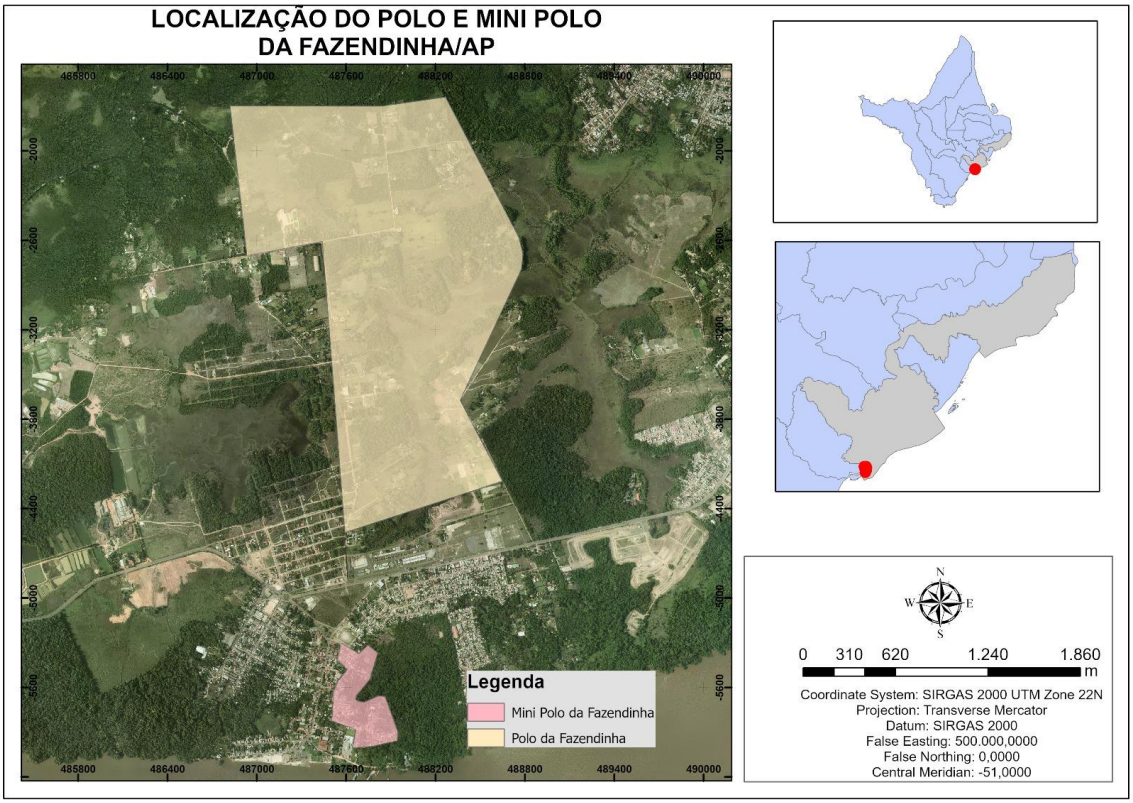
No decorrer de quase setenta anos da criação do Posto Agropecuário de Macapá, a área inicial foi bastante reduzida. Espaços cedidos para instituições públicas, setor privado, residências e condomínios ao longo da rodovia que liga Macapá ao atual Distrito de Fazendinha. Entretanto, parte do espaço que restou consolidou-se enquanto área de produção agrícola, denominados de Polo Hortifrutigranjeiro com área de 484,00 hectares, onde foram assentadas 60

[2] Atual Bairro Perpétuo Socorro.

famílias, e o Mini Polo Hortifrutigranjeiro da Fazendinha, conforme se pode observar na Figura 1.

Contudo, o assentamento não é reconhecido pelo INCRA, fato que dificulta a regularização fundiária dos lotes dos produtores. A Lei Estadual n^0. 1.019, de 30 de junho de 2006, declarou de utilidade pública, na esfera do Estado do Amapá, a Associação dos Produtores do Polo Hortifrutigranjeiro de Macapá (ASSOPOLO), uma entidade que na atualidade não possui a influência que tinha quando da sua constituição.

FIGURA 1 – Mapa de Localização do Polo e Mini Polo Hortifrutigranjeiro da Fazendinha



Elaborado por AVIZ, Josimar, 2023.

Os canais de comercialização representam um importante elemento do sistema de estruturação da agricultura urbana, uma vez que são as etapas existentes entre a produção e o consumo. Identificar esses canais de comercialização e o seu funcionamento permite perceber o desempenho da atividade em seu sistema pós-produção.

Ao contrário da agricultura desenvolvida em áreas rurais, não existe nesta modalidade, grande distância geográfica entre a produção e a região do consumo. Assim mesmo, os canais de comercialização da AUP se caracterizam como: curtos, onde ocorre relação direta entre produtor

e consumidor, e os canais longos, nos quais há a participação de intermediários no decorrer do processo.

O primeiro canal de comercialização é a venda direta. Muito comum para os agricultores das regiões urbanas, em razão da proximidade física com os consumidores. Neste caso, o consumidor vai até a área do produtor para efetuar a compra dos produtos. Esta forma de comercialização se intensificou com a pandemia da COVID-19, pelo fato de reduzir a exposição do consumidor quando comparada à sua exposição caso fosse comprar nos mercados formais e nas feiras livres. Esta compra é facilitada em razão da proximidade do local de produção com o consumo. Outra forma de venda direta que se fortaleceu com a pandemia foi a venda nos condomínios de classe média. Nos dois casos, os agricultores urbanos passaram também a utilizar aplicativos de celular e as redes sociais para facilitar as vendas.

Outro canal de comercialização são os atravessadores, que compram a produção e revendem para os mercantis, mini boxes, açougues e outros formatos de pequenos mercados. Os atravessadores adquirem os produtos nas propriedades dos agricultores urbanos. Este é um canal de comercialização utilizado pelos agricultores que não costumam comercializar a maior parcela de sua produção em feiras livres.

As feiras livres representam o mais usual canal de comercialização dos produtos da agricultura urbana, e podem funcionar tanto como um canal de comercialização curto de comercialização, se for o produtor que estiver vendendo os seus produtos. Como também, como um canal longo, neste caso se o feirante não for também o produtor agrícola.

A mais antiga feira da cidade de Macapá foi criada na década de 1950, com a inauguração do Mercado Central, onde eram vendidos principalmente frutas, verduras, legumes, temperos, peixes, caranguejos, camarões, tucupi, goma e farinha de mandioca. Esta feira consolidou-se em uma das principais ruas da cidade, sem, contudo, nunca ter possuído um prédio para acomodá-la. Na atualidade a feira é denominada Feira do Caranguejo, e os feirantes se acomodam nos fundos de um shopping popular, que foi inaugurado no local onde anteriormente ela funcionava. Esta feira é constituída por ribeirinhos, que trazem produtos das ilhas existentes no entorno da cidade e demais vendedores de hortaliças, frutas, caranguejo e camarão, cuja administração é de responsabilidade da Prefeitura de Macapá.

O governo do Estado construiu três feiras para abrigar os produtores rurais: Feira do Buritizal, Feira do Jardim Felicidade e Feira do Pacoval. Os agricultores oriundos da agricultura

urbana e periurbana de Macapá comercializam os seus produtos na Feira do Buritizal, que é a maior feira de Macapá, e onde há espaços determinados para os agricultores do Polo da Fazendinha e do Minipolo. Essas feiras acontecem às terças, quintas-feiras e sábados.

As receitas das feiras de produtores estão demonstradas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Receita gerada pelas Feiras de Produtores da Cidade de Macapá - 2020

Nº	Feira	Receita (R$)	%
01	Buritizal	16.952.758,86	88,6
02	Jardim Felicidade	2.153.795,29	11,3
03	Pacoval	24.048,00	0,1
	Total	19.130.602,15	100,0

Fonte: NMC/COAGRO/SDR

Na Tabela 2, estão expressos os valores comercializados pelas localidades agrícolas existentes no município de Macapá e no seu entorno. No ano de 2020, por causa da pandemia, registrou-se uma queda nas vendas, uma vez que as atividades das feiras foram paralisadas no período de 17.03.2020 a 13.08.2020.

Tabela 2 – Valor comercializados nas Feiras de Produtores pelas localidades agrícolas de Macapá

Comunidades	2017	2018	2019	2020
Km 09	4.621.523,02	5.204.967,52	4.153.065,86	1.640.319,58
Polo da Fazendinha	2.202.164,58	2.235.357,82	2.983.339,25	1.462.189,16
Mini Polo	1.377.707,59	1.547.387,81	1.672.256,13	806.129,32
Coração	517.725,00	468.451,05	473.691,85	191.672,00
Estação Ferroviária	40.536,05	77.602,20	42.963,70	14.586,00

Fonte: NMC/COAGRO/SDR

Um outro canal de comercialização são as lojas de varejo. Os formatos dessas lojas de alimentos são classificados como mercantis, supermercados, hipermercados, as lojas especializadas e, mais recentemente, os atacarejos, que são uma modalidade de distribuição onde o atacado vende diretamente para o consumidor final, substituindo o papel desempenhado pelo varejista (CALSAVARA, 2009).

Tabela 3 - Principais lojas de varejo de alimentos em Macapá

Nome de fantasia	Classificação	Número de lojas
Supermercado Santa Lucia	Supermercado	04
Supermercados Fortaleza	Supermercado	07
Supermercado Favorito	Supermercado	01
Maracá	Atacarejo	01
Armazém Brasil Atacarejo	Atacarejo	04
Atacadão	Atacarejo	02
Assaí Atacadista	Atacarejo	01

Fonte: Elaboração própria.

Até o ano de 2015, os maiores grupos de varejo de alimentos eram exclusivamente locais. A partir daí, Macapá experimentou um processo de expansão de sua rede com a instalação de duas lojas pertencentes a um grande grupo internacional e uma loja de varejo de alimentos de um grupo nacional, representados pela inauguração das lojas do Atacadão, nos anos de 2015 e 2020, e uma loja Assaí Atacadista, no ano de 2019. Neste contexto registra-se a abertura e fortalecimento potencial desse canal de comercialização.

Há, ainda, os mercados institucionais, cada vez mais importantes como estratégia de política pública. De igual maneira como acontece em outros países, o Brasil adotou as compras governamentais como política para induzir o desenvolvimento de alguns setores específicos, como os micro e pequenos empreendimentos e os empreendimentos sustentáveis, que possuem reserva de mercado nos processos licitatórios nacionais.

Assim como também as compras vinculadas com a produção oriunda da agricultura familiar. Os mercados institucionais funcionam como uma poderosa política pública para incentivar os produtores agrícolas. Em 2002, o governo brasileiro lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em pouco mais de uma década estruturou-se o mercado institucional para os produtos da agricultura familiar que, apesar dos problemas operacionais e da redução de recursos, representam uma extraordinária política pública de fortalecimento à agricultura familiar. Na Tabela 4, a seguir, apresenta-se os valores dos dispêndios dos mercados institucionais no município de Macapá.

Tabela 4 – Dispêndio dos Mercados Institucionais – Município de Macapá

Anos	PNAE	PAA
2016	3.895.704,00	699.928,77
2017	3.441.736,00	1.279.306,98
2018	3.129.798,40	1.533.857,38
2019	2.667.977,05	481.014,24
2020	3.679.117,20	562.464,95

Fonte: Ministério da Educação – FNDE - PNAE e Ministério da Cidadania

Em 2021, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, aprovou o Projeto de Lei 3663/20, que determina que postos de saúde e hospitais do SUS, priorizem a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas (HAGE, 2021). Com a provável aprovação do Projeto de Lei, mais um importante mercado institucional deverá ser aberto para os produtos da agricultura familiar.

A identificação dos mercados para os produtos da agricultura urbana e periurbana de Macapá é uma forma de caracterização da gestão comercial da atividade. Os agricultores acessam esses diferentes mercados, tornando-se necessário estabelecer a importância de cada um desses canais.

A pesquisa demonstra a existência de vários canais de comercialização para os produtos oriundos da agricultura urbana e periurbana do município de Macapá, quais sejam: a venda direta, os atravessadores, as feiras, as lojas de varejo e os mercados institucionais.

Observa-se que no decorrer da última década esses canais experimentaram um relativo processo de expansão. A venda direta é um canal utilizado cotidianamente. Os compradores se dirigem até os estabelecimentos dos produtores urbanos e efetuam a compra das mercadorias. A pesquisa de campo revela que este tipo de venda se fortaleceu, mais recentemente, com a pandemia do novo coronavírus, uma vez que parcela dos consumidores passou a evitar a ida aos mercados, e as feiras estiveram temporariamente fechadas durante aquele período. Assim, a partir de relatos dos produtores rurais, deduz-se que a venda direta em seus estabelecimentos agrícolas se ampliou, assim como também as vendas nos condomínios residenciais.

Os dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural, expressos na Tabela 2, revelam uma tendência de aumento das vendas nas feiras livres, nas áreas em análise, que só foi interrompido no ano de 2020, com a suspensão do funcionamento das feiras, conforme destacado no parágrafo anterior.

Por outro lado, observa-se que houve uma expansão da estrutura das lojas de varejo, principalmente a partir do ano de 2015 com a inauguração de grandes lojas dos mercados nacional e internacional, os denominados atacarejos.

A pesquisa de campo demonstra que as aquisições de frutas e hortaliças que essas lojas realizam são majoritariamente de produtos provenientes de outros estados brasileiros, especialmente os Estados do Pará, Bahia e São Paulo. As grandes empresas distribuidoras de frutas e hortaliças compram desses Estados e vendem para as lojas de varejo locais.

De acordo com as informações colhidas, as compras dos produtores locais restringem-se às folhosas (cheiro verde, cebolinha, couve, alface e chicória), às pimentas (pimentinha verde e pimentinha amarela), berinjela, pupunha, coco, abacaxi, melancia e laranja regional. Todos os demais produtos são adquiridos de outros Estados.

Referente aos mercados institucionais, os dados expressos na Tabela 4 indicam uma consolidação das compras de produtos via Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e um modesto desempenho das compras dos produtos via Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

A pesquisa documental revelou que os produtores agrícolas acessam mais o PNAE. Entretanto, de acordo com depoimentos obtidos, existem situações, relatadas pelos entrevistados, manifestando que, em alguns casos, os contemplados com os recursos do PNAE não são efetivamente produtores agrícolas. São atravessadores que, não raro, compram os produtos nas feiras livres para entregar nas escolas.

Há uma relativa preferência pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, mais acessível aos produtores.

Em vários sentidos, a pandemia da COVID-19 fortaleceu a AUP. Seja pelo fato de que as pessoas passaram a dar mais importância para a alimentação saudável, a utilização das folhosas na fabricação de “garrafadas”, que são os remédios populares muito usados na Amazônia, além de ter sido uma alternativa para mitigar os problemas de parcela da população desempregada nos centros urbanos, que por falta de alternativa, passou a desenvolver atividades em hortas comunitárias e em outros espaços urbanos.

No caso em estudo, a análise do desempenho dos diversos canais de comercialização da agricultura urbana e periurbana, no município de Macapá, possibilitou identificar o potencial e os desafios enfrentados pelos agricultores para o fortalecimento e expansão de suas atividades.

Em maior ou menor dimensão todos os mercados estudados acionam a aquisição de produtos da AUP. Chama a atenção que os compradores com maior capacidade econômica demandam os produtos da AUP de forma residual.

Observa-se que apesar da grande expansão experimentada com a inauguração das lojas de varejo no município de Macapá, inclusive com a abertura do mercado para lojas de redes nacional e internacional, isso pouco repercutiu para o aumento da demanda dos produtos da agricultura urbana, uma vez que as compras de frutas e hortaliças efetuadas pelos supermercados e atacarejos são majoritariamente realizadas nos mercados externos.

As grandes lojas de varejo não compram em maior volume da agricultura urbana macapaense pelas seguintes razões: primeiro pela reduzida oferta da variedade de produtos, em segundo lugar em função da pequena quantidade ofertada, e finalmente, a dificuldade em garantir o fornecimento com a manutenção de quantidade, qualidade e prazo.

Assim como também é possível inferir que as políticas dos mercados institucionais como o estabelecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA ainda não foram capazes de significar o fortalecimento da agricultura familiar, que no caso em análise é a agricultura urbana e periurbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que os principais canais de comercialização da agricultura urbana e periurbana do município de Macapá são as vendas diretas, os atravessadores e as feiras livres. Os demais canais acessados não representam suas vendas principais. Os agricultores urbanos, em sua maioria, referem-se aos mercados institucionais como burocráticos e de difícil acesso. Ou ainda que as compras acabam direcionadas para grupos específicos, e não para a totalidade dos produtores.

Tais constatações expõem a fragilidade da atividade, posto que, por óbvio, não possui envergadura para fornecer aos grandes mercados. Por outro lado, observa-se a relativa insuficiência das políticas públicas para a agricultura familiar capazes de fortalecer a agricultura urbana e periurbana.

A situação dos agricultores familiares urbanos não é de prosperidade. Alguns vivem em situação precária sem condições de investir em suas propriedades. Outro problema que a

agricultura urbana e periurbana enfrenta é a sucessão. Isso relacionado às inúmeras possibilidades que a cidade oferece, mas seguramente também em razão das dificuldades apresentadas.

O Estado do Amapá e a cidade de Macapá não possuem em seu ordenamento jurídico políticas de fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, a despeito de outras capitais brasileiras, conforme mencionado neste trabalho.

Os debates sobre a conservação da Amazônia destacam invariavelmente a importância da preservação da floresta, entretanto, é também importante observar as questões sobre a sustentabilidade das cidades amazônicas, que abrigam aproximadamente 75% da população regional, e enfrentam problemas ambientais de relevante gravidade como a falta de saneamento básico, a ocupação de áreas vulneráveis e o reduzido número de áreas verdes.

Nesta direção, o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana poderá cumprir, em parte, este objetivo, garantindo alimentos saudáveis para a população de baixa renda que acessa as feiras livres, bem como os demais consumidores que compram esses produtos; trabalho e renda para os agricultores familiares e contribuir para o atendimento das metas da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. (2015). Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. https://brasil.un.org/.

BRASIL. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010: Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. http://www.planalto.gov.br/.

CALSAVARA, André Rynaldo. (2009). Atacarejo: estratégia planejada ou mera coincidência. Administração de Empresas em Revista. http://revista.unicuritiba.edu.br/

GONSALVES, Elfredo Távora. (2010). Folhas soltas do meu alfarrábio – um livro para meus filhos. Brasília: Gráfica Gravo Papers.

HAGE, Lara. (2021). Comissão aprova proposta que prioriza produção da agricultura familiar na compra de alimentos pelo SUS. Agência Câmara de Notícias. https://www.camara.leg.br/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2020) Produto Interno Bruto. https://www.ibge.gov.br/.

_____. População residente estimada (2021). https://sidra.ibge.gov.br/.

Lei n^{0} 15.973, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a política estatual de apoio à agricultura urbana e dá outras providências. https://leisestaduais.com.br/.

Lei n ^{0} 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. https://legis.senado.leg.br/.

Lei n ^{0} 16.476, de 10 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências. https://legisla.casacivil.go.gov.br/.

Lei n ^{0} 4.772, de 24 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal**.** http://www.sinj.df.gov.br/.

Lei n ^{0} 6.671, de 21 de setembro de 2020. Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal. http://www.sinj.df.gov.br/.

LOVO, Ivana Cristina; NUNES, Tarson. (2011). Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. http://agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_consolidado.pdf

MENDES, J.T.G (2007). Comercialização agrícola. Pato Branco: UFPR. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3041970/mod_resource/content/3/tadeu.pdf.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Execução Geral. https://aplicacoes.mds.gov.br/.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE - PNAE. https://www.fnde.gov.br/.

MUMFORD. Lewis (1998). A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes.

MUTO, Reiko. (2010). O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009) / Reiko Muto; Orientadora, Marília Ferreira Emmi. https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/

Portaria n^0 467, de 07 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. https://www.in.gov.br/.

Projeto de Lei n^0 303/2019. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 para dispor sobre a permissão do uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias. https://www.camara.leg.br/

ROESE (2003). Alexandre Dinnys. Agricultura urbana**.** https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br.